



Índice

- 01** Fragmentos de objetos de arte indígena são descobertos em Perdizes
- 02** Escritor indígena mostra cultura yanomami na Flip
- 03** Antropólogos denunciam ofensiva contra direitos indígenas no Brasil
- 04** Reserva indígena de Charrua passa por divergências internas
- 05** Exemplo a ser seguido nos conflitos fazendeiros / indígenas no MS
- 06** Fundo Amazônia libera 70 milhões para comunidades indígenas
- 07** Professores indígenas de Iguape salvam gavião Carcará de predadores naturais
- 08** Índios vivem em 'Faixa de Gaza brasileira', diz antropólogo na Flip
- 09** Área de fazenda é entregue à comunidade quilombola de Maragogipe
- 10** Perdemos uma grande amiga, missionária e militante da causa indígena!
- 11** Retrato de um breve encontro de uma tribo da Amazônia com a civilização
- 12** Indígenas colocam fogo em área ocupada para construção de barracos
- 13** PEC 215 - Uma guerra inconstitucional e ruralista
- 14** Braga ganha jingle cantado em língua indígena
- 15** Margens do Rio Paraguai no MS já foram berço de nações indígenas
- 16** Cultura indígena é valorizada com eventos
- 17** I Oficina de Qualificação da Gestão e o fortalecimento da Divisão de Atenção à



Saúde Indígenas do DSEI/MA

- 18** Quilombolas terão posse de casa grande e antiga senzala na Bahia
- 19** Tambores de quilombolas dão ritmo ao 'Sonora Brasil'
- 20** Povo Guarani: mais um passo rumo à conquista da terra, por Elaine Tavares
- 21** Campanhas de prevenção e contra o trabalho escravo e pela regularização dos territórios pesqueiros ganham força durante a Romaria do Bom Jesus da Lapa, BA
- 22** BA – Manifesto do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
- 23** Líder indígena pede apoio da população para seu povo
- 24** Izabella Teixeira anuncia via Estadão Portaria com novas regras sobre "licenciamento ambiental"
- 25** Começa hoje evento de estudantes indígenas na Capital
- 26** Governo concede reajuste salarial para Francisco Pianko, acusado de abusar sexualmente de crianças indígenas
- 27** Grupo de 300 índios tupinambás ocupa três fazendas em Olivença
- 28** Munduruku é campeã do 21º Festríbal em Juruti
- 29** O livro didático que aborda questões históricas de um Brasil quilombola



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

Fragmentos de objetos de arte indígena são descobertos em Perdizes

SÍTIO TV ALTEROSA, 02.08.2014

Tribo usava forno de cerâmica

Um tesouro para a história. Arqueólogos de São Paulo descobriram em Perdizes, no Triângulo Mineiro, fragmentos de objetos de arte produzidos pelos nossos índios, há mais de dois séculos. Um resgate cultural que pode trazer muitas outras informações importantes sobre nossos antepassados.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=v2ucw1Zz5Cc

Escritor indígena mostra cultura yanomami na Flip

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 02.08.2014

Flavia Villela - Enviada especial

Na primeira mesa que a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) dedicou aos índios e à Amazônia, a escrita deu lugar à imagem e à narrativa oral. A fotógrafa suíça Claudia Andujar, que fez um trabalho de saúde preventiva em terras yanomamis na década de 1970, em Roraima, e o xamã indígena Davi Kopenawa, pajé e presidente da Hutukara Associação Yanomami apresentaram ontem (1º) um pouco da cultura da etnia por meio de fotos e relatos.

Kopenawa, que está ameaçado de morte e foi avisado que não duraria até o fim deste ano, criticou a destruição causada pelo homem da cidade, as invasões de terras indígenas por parte de garimpeiros e agricultores, que segundo ele têm a conivência do governo.



O xamã indígena Davi Kopenawa, pajé e presidente da Hutukara Associação Yanomami, participa de mesa que a Flip dedicada aos índios e à Amazônia Fernando Frazão/Agência Brasil

“É importante que vocês nos ajudem a nos defender, a preservar a natureza, as águas”, pediu o indígena à plateia. “Agora é a hora de vocês cobrarem o erro do governo brasileiro, para não fazer mais, pois vocês são muitos e nós indígenas somos poucos”, disse.

Os pais do Kopenawa morreram de doenças levadas à aldeia por não índios quando ele ainda era menino. Ele aprendeu a língua portuguesa lendo a Bíblia, por imposição dos missionários norte-americanos que foram catequizar índios na Amazônia, na fronteira com a Venezuela. “O missionário me deu o nome Davi, mas meu nome é Kopenawa, que significa marimbondo. Você conhece o marimbondo. Quando ele está quieto não pode mexer nele”, depois de explicar que os nomes yanomamis caracterizam a personalidade de cada indígena.

CONT.



Kopenawa lançou o livro *A Queda do Céu*, que escreveu em coautoria com o antropólogo francês Bruce Albert, com histórias do povo yanomami. "O povo yanomami tem uma história muito rica e esse livro mostra que sabemos contar nossa história".

A fotógrafa Claudia Andujar projetou o povo yanomami mundialmente ao fotografar cada um dos índios da região, que identificou com números com o intuito de ajudar a combater o avanço de epidemias que a abertura de uma estrada causou durante o regime militar, na década de 1970. Ela transformou o trabalho em livro que intitulou de *Marcados*, nome escolhido para a mesa de debate desta sexta-feira. Mais de quarenta anos depois o trabalho, a fotógrafa disse que ainda é muito ligada ao povo yanomami. Ela contou que, após perder quase toda a família, morta pelos nazistas, saiu pelo mundo em busca de sua identidade, que encontrou no Brasil, entre os índios.

"Tinha 13 anos quando vi a entrada dos nazistas e a morte de todos os meus parentes, na Transilvânia, com exceção da minha mãe, que não era judia. Isso deixou um trauma muito grande na minha vida. Todas as pessoas de que gostava morreram em dois meses, então desde cedo busquei uma identidade".

Depois da tragédia, Claudia morou na Suíça e nos Estados Unidos antes de se mudar para o Brasil. "Fui fazer uma matéria a trabalho na Amazônia e foi meu primeiro contato com os yanomamis. Abandonei tudo e fui viver entre os índios e me encontrei lá, me senti em casa. Aprendi que tudo é vivo. Entre os yanomamis não existe isso de um querer dominar o outro", completou.



Antropólogos denunciam ofensiva contra direitos indígenas no Brasil

SÍTIO O GLOBO, 02.08.2014

Eduardo Viveiros de Castro e Beto Ricardo falam sobre ameaças à Amazônia e dizem que índios são 'exemplo' para o futuro

PARATY - Nos anos 1930, o embaixador brasileiro em Paris declarou que os índios no Brasil estavam "extintos". A história, contada em livro pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, foi lembrada logo no início da mesa da Flip batizada com o título de um de seus livros, "Tristes trópicos". No debate, mediado pela jornalista Eliane Brum, os antropólogos Eduardo Viveiros de Castro e Beto Ricardo denunciaram ataques antigos e atuais contra os direitos indígenas no país. E apontaram a permanência, em setores da sociedade nacional, de visões parecidas com a do diplomata de quase um século atrás.

Um dos fundadores do Instituto Socioambiental (ISA), Beto Ricardo abriu o debate repassando as últimas décadas de luta por direitos indígenas no Brasil, que se intensificaram durante a ditadura, quando a Amazônia era vista pelo regime como "vazio demográfico" a ser explorado economicamente. A militância daquele período culminou com as conquistas da Constituição de 1988, que ajudou, por exemplo, a ampliar a demarcação de reservas. Mas essas conquistas enfrentam hoje uma nova ofensiva, disse Ricardo.

— Hoje há cerca de 400 iniciativas no Congresso contra os direitos indígenas. Muitas são lixo legislativo, não têm chance de aprovação, mas algumas apresentam riscos reais — disse Ricardo, citando a PEC 230, que transfere a responsabilidade pelas demarcações do Executivo para o Legislativo. — Os territórios indígenas são criticados pelo agronegócio por serem muito extensos. E o Congresso está cheio de representantes do agronegócio.

Viveiros de Castro disse que essa é a "ofensiva final" contra os índios, mencionando o histórico de violências sofridas por eles desde a colonização. Citou como exemplo mais dramático o caso das populações tradicionais no Mato Grosso do Sul, como os guarani:

— Os índios do Mato Grosso do Sul vivem numa Faixa de Gaza brasileira. Estão confinados na beira da estrada, e ainda têm seu território pouco a pouco reduzido, sofrendo todo tipo de violência — disse Viveiros de Castro, bastante aplaudido em vários momentos do debate, assim como Ricardo.

Duas perguntas da plateia provocaram respostas incisivas dos debatedores. Uma delas pediu que se comparasse o projeto atual da usina de Belo Monte, que está sendo construída no rio Xingu, com o projeto similar desenvolvido, mas não implementado, durante a ditadura.

— É verdade que houve uma revisão técnica do projeto, não é o mesmo da ditadura — disse
CONT.



Ricardo. — Mas cria-se uma visão de que assim ele teria pouco impacto sobre a região, o que não é verdade. Para alimentar Belo Monte será preciso barrar o Xingu em outros pontos. Belo Monte é como um Cavalo de Troia. O que o Brasil precisa é buscar novas matrizes de energia.

Viveiros de Castro chamou Belo Monte de “picaretagem econômica” e lembrou que outros pontos da Amazônia sofrem ameaças parecidas à do Xingu:

— Belo Monte não existe para fazer energia, existe para empreiteiras fazerem Belo Monte. Rios da Amazônia como o Xingu, o Tapajós e o Madeira estão sendo barrados, sem que haja uma ideia clara do que pode acontecer com a maior bacia de água doce do mundo. É uma postura suicida.

Em outra pergunta, um espectador disse ter feito viagem recente pelo Norte do Brasil, onde encontrou “pseudo-índios bêbados, preguiçosos e sujos”, e pediu a opinião dos debatedores. A pergunta causou manifestações de espanto em parte da plateia.

— Identidade é coisa mais profunda do que roupas — disse Ricardo. — Existe essa ideia de que os índios têm que corresponder ao estereótipo que fazemos deles. Se fogem disso, são condenados à morte. Mas o que dizer dos brasileiros que pedem cidadania europeia para obter vantagens? Deixam de ser brasileiros por isso?

Para Viveiros de Castro, os índios não são “lembrança do passado” e sim “exemplo” para o futuro.

— Vivemos uma catástrofe climática. Nosso mundo, entendido como modo de vida, já acabou — disse Viveiros de Castro. — Então, nada melhor do que consultar os especialistas em fim de mundo, os índios. O mundo deles acabou há 500 anos. Mas alguns sobreviveram. E mostram que é possível viver numa terra sem destruí-la.



Reserva indígena de Charrua passa por divergências internas

SÍTIO O NACIONAL, 02.08.2014

Conflito é resultado da não realização de eleições para a escolha de um novo líder para a comunidade

Divergências internas na reserva indígena de Charrua estão causando conflitos entre os indígenas. A situação é resultado da ação do Cacique que impede a realização de eleições que definiriam um novo líder para o grupo. O conflito iniciou entre a noite de quinta e sexta-feira quando várias pessoas ficaram feridas e três casas foram queimadas. A reserva possui um total de 380 indígenas.

Segundo informações o cacique havia prendido pelo menos 10 pessoas, entre elas crianças e adolescentes, na quinta-feira. O estopim teria acontecido quando uma adolescente presa, com um filho no braço, teria sido espancada e a criança caiu dos seus braços, iniciando o conflito.

Além disso, um grupo de índios acampou em um campo de futebol e outro, ocupou as terras de um ex-prefeito ao lado da reserva. A reserva de Charrua tem seis mil hectares.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

Exemplo a ser seguido nos conflitos fazendeiros / indígenas no MS

SÍTIO JORNAL GGN, 02.08.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=9bzEByJYPuo

"Fiz a cobertura desta audiência e senti uma postura sincera do juiz em tentar uma conciliação, ouvindo tanto a dona da chácara quanto os indígenas. Fiquei também surpresa em saber que o Juiz tem ido à campo conhecer a realidade dos envolvidos antes de tomar suas decisões, exemplo a ser seguido por outros magistrados que ao canetarem, podem decidir sobre a vida ou a morte, a paz e o conflito que envolve índios e fazendeiros em terras de Mato Grosso do Sul."



Fundo Amazônia libera 70 milhões para comunidades indígenas

SÍTIO A GAZETA DO ACRE, 02.08.2014

Representantes e técnicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Funai, com apoio institucional da Secretaria de Meio Ambiente (Sema), se reuniram na Biblioteca da Floresta, em Rio Branco, entre os dias 29 e 30 de julho, com o objetivo de capacitar possíveis proponentes aos projetos a serem submetidos para a chamada pública aberta desde maio deste ano pelo Fundo Amazônia, visando apoiar atividades vinculadas às implementações de planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas.

A chamada envolve recursos na ordem de 70 milhões de reais para a Amazônia Brasileira, sendo que os projetos apresentados pelas comunidades, representadas pelas associações indígenas, ou organizações indigenistas, podem pleitear, individualmente, de 4 a 12 milhões.

Segundo Juliana Ferreira Simões, gerente de projetos do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/MMA, espera-se que organizações indígenas e indigenistas mais estruturadas possam atuar como aglutinadoras de projetos para as associações menores.

“A ideia é que organizações proponentes mais capacitadas tecnicamente possam contemplar projetos de comunidades menores, dado as dificuldades estruturais das associações de menor porte em acessarem estes recursos. O projeto é concebido pela proponente, mas ela precisa dialogar e se comprometer com as instituições menores aglutinadas que ela representa. O Fundo Amazônia exigirá documentos comprobatórios destes compromissos assumidos”.

A chamada garante 70% do recurso para a execução dos planos, ou seja, os projetos precisam garantir a implementação dos PGTA's (Plano de Gestão Territorial e Ambiental), além de atualizar os planos de gestão já elaborados. Em menor proporção, 30 % dos recursos podem ser destinados à elaboração de planos de gestão de TIs que ainda não passaram por essa primeira etapa de discussão e elaboração. (Assessoria Sema)



Professores indígenas de Iguape salvam gavião Carcará de predadores naturais
SÍTIO PORTAL VALE DO RIBEIRA, 02.08.2014

Técnicos do município da Ilha foram acionados para encaminhamento da ave

No sábado 19/07, os professores Indígenas Auá Nimbole Samuel dos Santos e sua esposa Simone Beatriz Bottega, da Aldeia Guarani localizada em Iguape, resgataram um gavião Carcará com a asa esquerda machucada. Eles acionaram técnicos ambientais do município de Ilha Comprida e voluntários da ONG Amigos do Mar/ONG COATI JURÉIA para os procedimentos de recuperação da ave.

Segundo o técnico ambiental Cristian Negrão, do município da Ilha, a ave machucou a articulação da asa e foi encaminhada ao Centro de Triagem de Animais Selvagens (CETAS)-UNIMONTE de São Vicente, para o médico veterinário e biólogo responsável, Dr. Nereston Josias de Camargo, na esperança que seja tratada e possa retornar ao seu habitat natural. Se não recebesse cuidados, a ave estaria em risco em razão dos predadores naturais.

O transporte ocorreu com a viatura de resgate de Animais Marinhos mantida pela Ong Coati/Juréia e município da Ilha. O gavião Carcará é uma ave ativa, imponente e forte, conhecida por sua excepcional visão e coragem, longo raio de ação e controle do território onde habita. Seu comprimento varia de 50 a 60 cm, e sua envergadura chega a 123 cm. Ocorre da Flórida (EUA) à Terra do Fogo (Argentina/Chile) bem como no Brasil. Está ameaçado de extinção pela destruição de seu habitat natural e pela caça indiscriminada.

ATOBÁ EM TRATAMENTO

Também uma ave atobá adulta deverá ser encaminhada ao Orquidário Municipal de Santos. Encontrada na Ilha, ela foi hidratada e alimentada por integrantes das ONGs Amigos do Mar e COATI JURÉIA por doze dias e passará por análises para ser devolvida ao seu habitat natural, o mar.

Prefeitura Municipal de Ilha Comprida



Índios vivem em 'Faixa de Gaza brasileira', diz antropólogo na Flip

SÍTIO CBN FOZ, 02.08.2014

O Mato Grosso deveria mudar de nome para "mato ralo, mato morto ou ex-mato" e os índios que lá se encontram "vivem numa espécie de Faixa de Gaza brasileira", afirmou o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro na tarde deste sábado (2) na 12ª Festa Literária de Paraty (Flip). Com suas críticas, frases de impacto ("no Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é") e assumidamente pessimista, ele foi bastante aplaudido no debate "Tristes trópicos", do qual participou o também antropólogo Beto Ricardo. No evento, este foi o segundo e último encontro dedicado à questão indígena. As manifestações na tenda dos autores foram positivas o tempo inteiro.

O G1 transmitirá ao vivo todas as mesas da Flip 2014, tanto com áudio traduzido (se a palestra não for em português) quanto com áudio original. Veja a programação até domingo ao final desta nota.



Área de fazenda é entregue à comunidade quilombola de Maragogipe

SÍTIO CORREIO 24 HORAS, 02.08.2014

Com a regularização da área, foram beneficiadas 40 familiares que vivem do cultivo de mandioca, milho e de feijão

As 40 famílias que vivem no Território Quilombola Salamina Putumuju, em Maragogipe, no Recôncavo Baiano, receberam no sábado (2) documentação de posse da Fazenda Salamina. A incorporação da área remanescente é resultado de processo de desapropriação que teve investimentos de R\$ 2,6 milhões, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Com a terceira área desapropriada, de 1,4 mil hectare de terra, já foi incorporado 1,7 mil hectare, o equivalente a 84% do terreno do Salamina Putumuju, que totaliza 2.061 hectares. Mais quatro imóveis estão em processo de desapropriação e deverão completar o território a ser regularizado.

A comunidade quilombola foi formada pelos escravos, às margens do Rio Paraguaçu, durante o período das lavouras de cana-de-açúcar no século XVI. Os cerca de 150 moradores vivem da agricultura, com cultivo de mandioca, milho e feijão e também se dedicam à pesca.

“Hoje é um dia muito simbólico, numa área muito disputada e finalmente prevaleceu o interesse dos quilombolas, dos mais simples, com o apoio dos governos Estadual e Federal”, disse o governador Jaques Wagner.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

Perdemos uma grande amiga, missionária e militante da causa indígena!

SÍTIO CIMI, 02.08.2014

Faleceu na noite de sexta-feira - 01 de agosto - a Irmã Beatriz Catarina Maestri, 49 anos. Ela era Ministra Provincial da Província Imaculado Coração de Maria das Irmãs Catequistas Franciscanas, Blumenau/SC e também da Coordenação Colegiada do Cimi Sul. Irmã Beatriz morreu de traumatismo craniano em virtude de uma queda sofrida em sua casa.

Irmã Beatriz, a Bia, como era conhecida no Cimi, foi no decorrer de sua vida uma mulher de profundo engajamento nas causas sociais. Ela, na simplicidade, servia a Jesus Cristo vivendo no meio dos povos indígenas. Atuou durante anos junto às comunidades e famílias das periferias das cidades, especialmente da região da Grande São Paulo.

Uma mulher alegre, de uma fé profunda e inabalável que espalhava, por onde andava, os ensinamentos do Evangelho. Irmã Beatriz colocou-se a serviço da vida, lá onde a vida se mostrava mais fragilizada.

O Cimi solidariza-se com os familiares da Bia, a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas e com todas as pessoas, comunidades e povos que com ela conviviam e partilhavam os sonhos e esperanças num mundo solidário, pluricultural e repleto de paz.

O Cimi lamenta profundamente a perda de nossa querida irmã, amiga, missionária militante. Deus, nosso Pai, neste momento acolhe e abraça, em seu amor eterno, a filha, que na alegria e despojamento cumpriu sua missão plantando as sementes do Reino e anunciando a Boa Nova.

Irmã Beatriz acreditou ser possível um mundo onde a justiça prevaleça e que a Terra Sem Males e o Bem Viver sejam para todos.

Brasília, 02 de agosto de 2014.

Cimi - Conselho Indigenista Missionário



Retrato de um breve encontro de uma tribo da Amazônia com a civilização

SÍTIO EXPRESSO, 02.08.2014

Uma tribo indígena contactou com a civilização no estado brasileiro de Acre, que faz fronteira com o Peru. Podem ter fugido dos traficantes de droga porque é invulgar estas tribos saírem do seu habitat usual.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=cnJjGmljUmw

A tribo indígena deu o primeiro passo para conhecer homens civilizados nas margens do rio Envira no dia 29 de junho. Do outro lado do rio estavam os funcionários da Fundação Nacional do Índio no Brasil (FUNAI), que avistaram este clã, pela primeira, no meio da selva amazônica.

Desde que viram os indígenas, começaram a vigiar a tribo à distância. Separados dos seus observadores pelo rio, os indígenas comunicavam entre si através de gritos e uma mistura de vários dialetos tribais da região. Os nativos foram filmados enquanto sopravam e passavam as mãos pelo corpo, num gesto que, segundo as suas crenças ancestrais, afasta os maus espíritos.

Mais tarde, o encontro entre os dois mundos foi documentado num vídeo filmado no mês de junho e lançado, só agora, pela FUNAI.

O primeiro a entrar em cena foi Fernando Kampa, um índio peruano da tribo Ashaninka, que atravessou parte do rio com cachos de banana para oferecer aos homens. Depois disso, os membros da tribo seguiram Fernando Kampa até à outra margem.

Trajando apenas uma pequena faixa à volta da cintura, os elementos da tribo pediram, num gesto declarado, a camisola de um funcionário da FUNAI. Um pedido imediatamente declinado já que existe o perigo de transmissão de potenciais doenças aos elementos da tribo que não possuem imunidade que o ambiente da vida em 'civilização' confere.

Tribo pode ter fugido do Peru

Como se pode ver nas filmagens, um elemento do clã transportava uma espingarda e os outros dois, uma faca. Sinal que, segundo o Los Angeles Times, os homens abandonaram a segurança da sua tribo e cruzaram a fronteira para fugir da exploração madeireira ilegal e do conflito com os traficantes de drogas frequentes no Peru.

O vídeo tem atraído a atenção internacional mas, para Fiona Watson, diretora de pesquisa da organização de direitos indígenas " Survival International " este encontro é preocupante, já que as pessoas que não contactam com o mundo exterior são imediatamente comprometidas pela baixa imunidade a doenças tão comuns como uma gripe ou uma constipação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

Mesmo que histórico, este vislumbre do passado preocupa a diretora que adianta que, é extremamente raro as tribos mudarem-se para a terra de outros grupos a menos que existam problemas muito graves.

Estima-se que existam até 77 tribos isoladas na região amazônica do Brasil. Este encontro foi o primeiro contacto com uma tribo isolada desde 1996.



Indígenas colocam fogo em área ocupada para construção de barracos

SÍTIO NOTICIDADE, 02.08.2014

Os índios que estão ocupando 3,2 hectares da Estância Serrana, colocaram fogo em parte da área para começar a preparar o local onde pretendem construir barracos e casas.

Para a construção, os indígenas esperam contar com a ajuda da prefeitura, que deverá fazer a abertura das ruas.

Com a reivindicação da compra ou desapropriação da área que deve ser destinada aos indígenas, 30 famílias que vivem em área de risco devem se instalar no local além de outras 40 que estão desaldeadas e pagam aluguel.

Na nova aldeia tereré que surgiu em 2010, na administração do ex-prefeito Daltro Fiúza, os índios sofrem com os alagamentos e enxurradas que são causadas no local, com a extensão da aldeia sendo instalada em uma área melhor, a qualidade de vida deve melhorar para os índios que irão se beneficiar com as novas terras.

Rallph Barbosa – Noticidade



PEC 215 - Uma guerra inconstitucional e ruralista

SÍTIO VERMELHO, 03.08.2014

Atualmente cerca de 12,90% do território brasileiro está definido como terra indígena segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio). Esse processo, considerado lento, inclusive por funcionários do próprio órgão responsável é um dos principais motivos dos conflitos fundiários que assolam o Brasil e geram mortes no campo.

Por Waldemir Soares Junior, para o Vermelho

A tensão no campo guarda relação com o avanço do agronegócio já que a demarcação e homologação de terras tradicionais cria uma fronteira para a atividade rural de extensão, tais como: pecuária, plantio de monocultura e exploração madeireira.

Até dezembro de 2013, segundo a Funai, existiam 115 áreas em estudos, 30 delimitadas e 51 declaradas indígenas. Com homologação foram definidas 2 e regulamentadas 428 áreas. Esse processo lento de estudos realizados pela Funai é necessário e complexo, todavia, essa demora é agravada pela inércia do Poder Executivo em elaborar o decreto de homologação, ato privativo da Presidência com necessidade de previsão orçamentária.

Neste sentido é evidente a necessidade de modificação do processo de demarcação de terras indígenas de forma a garantir seus direitos fundamentais que passa indubitavelmente pela terra. No entanto, a Proposta de Emenda Constitucional - (PEC 215/2000), aqui discutida, além de inconstitucional, pode agravar ainda mais a problemática dos conflitos fundiários, diante da representatividade no Congresso Nacional do agronegócio e seus interesses territoriais.

Proposta de Emenda Constitucional nº 215/2000

A Proposta de Emenda Constitucional nº 215/2000 – PEC 215 – foi apresentada à Câmara dos Deputados em 28 de março de 2000, pelo Deputado Almir Sá e outros. Essencialmente a proposta visa alterar a competência para a homologação das demarcações de terras indígenas em trânsito e ratificar aquelas já finalizadas. Para tanto, a proposta busca acrescentar o inciso 18 ao art. 49; modificar o § 4º e acrescenta o § 8º ambos ao art. 231, da Constituição Federal de 1988, vejamos:

Art. 1º Acrescenta-se ao art. 49 um inciso após o inciso 15, renumerando os demais:

Art. 49 É de competência exclusiva do Congresso Nacional:

18 – aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas;

CONT.



Art. 2º O § 4º do art. 231 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 231. § 4º As terras de que trata este artigo, após a respectiva demarcação aprovada ou ratificada pelo Congresso Nacional, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 8º Os critérios e procedimentos de demarcação das Áreas Indígenas deverão ser regulamentados por lei.

O instrumento constitucional – PEC – é uma proposta para incluir e/ou alterar determinados artigos, parágrafos e incisos da Constituição. Seu regimento está contido no art. 60 da carta magna, incluindo procedimento e possibilidades, ou seja, não são todos os artigos que podem sofrer a ação do Poder Constituinte Reformador ou Derivado. Artigos que versem sobre a separação dos poderes (art. 60, § 4º, 3º) e direitos e garantias fundamentais (art. 60, § 4º, 4º) não podem ser matéria de Proposta de Emenda a Constituição, portanto, o poder reformador do Constituinte derivado é limitado.

No que pese qualquer entendimento contrário, é justamente, nos incisos, 3 e 4 do § 4º do art. 60 da Constituição que a PEC 215/2000 entra em rota de colisão.

Atualmente sob a responsabilidade de relatoria do Dep. Osmar Serraglio (PMDB-PR) na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a PEC 215, vem sendo alvo de duros ataques realizados pelos Povos Indígenas que serão diretamente afetados pelas mudanças nos procedimentos de demarcação e homologações de terras pelo Executivo se aprovado o texto proposto pela Emenda elaborado em consonância com os interesses da bancada ruralista.

O processo de demarcação e homologação de terras indígenas

O processo de demarcação de terras indígenas tradicionalmente ocupadas é regido pelo dec. nº 1.775/96, que em conformidade com seu art. 1º o confere caráter administrativo e de competência do “órgão de assistência ao índio”, no caso a Funai, ligada ao Ministério da Justiça.

O dec. nº 1.775/96 toma como base para sua fundamentação legal, os art. 231 da Constituição e o art. 2º, 9º da lei nº 6.001/73, o último, também conhecido como Estatuto do Índio.

O presente decreto deixa claro que o procedimento para a demarcação de terras e seus critérios são de caráter administrativo e submetidos a Funai, então órgão competente ligada ao Ministério da Justiça. Doravante qualquer entendimento contrário, a situação dos povos tradicionais e suas garantias, tem por necessidade um órgão técnico e específico para análise etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental (Art. 2º, § 1º do Dec. nº 1.775/96).

Após o processo administrativo de demarcação, a terra indígena será objeto de homologação mediante decreto (Art. 2º, § 1º do Dec. nº 1.775/96), em conformidade com a Constituição

CONT.



Federal e posteriormente, a FUNAI promoverá a inscrição da área homologada no respectivo Cartório de Registro de Imóveis da localidade e na Secretária de Patrimônio da União (SPU) (Art. 6º do Dec. nº 1.775/96), para que esta tome os efeitos legais e de uso (Art. 20, inc. XI da Constituição Federal de 1988.)

Por todos os procedimentos percorridos, tem-se, atualmente que o procedimento de demarcação e homologação de terras indígenas é administrativo e de caráter eminentemente técnico, de competência de órgão ministerial sob responsabilidade do Poder Executivo.

Harmonia entre poderes

A Constituição promulgada em 8 de outubro de 1988 é estruturada na divisão dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Esses poderes se compõem harmônicos entre si e cada um sua função para garantia do Estado Democrático de Direito. Esse princípio de administração do Estado encontra amparo nos art.2ª como segue: "São Poderes da União, Independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário." Essa harmonia é fundamental e base estrutural da República e sua administração sendo que todos os cidadãos, em última análise, tem acesso ao judiciário, este como poder regulador para analisar eventual ineficiência dos poderes.

Qualquer ingerência de um Poder sobre outro se reveste de inconstitucionalidade. E assim, decidiu o Supremo Tribunal Federal em ADIn 4.102: " As restrições impostas ao exercício de competências constitucionais conferidas ao Poder Executivo, entre elas a fixação de políticas públicas, importam em contrariedade ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes (STF; ADIn 4.102, rel. Min. Cármen Lúcia, Plenário, j. 26.05.2010). Nota-se que é exatamente o que propõe a PEC 215/2000, quando busca incluir o inciso 18 ao art.49 da CF/88 com o seguinte texto: "aprovar a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas" Os pontos "aprovar a demarcação" e "ratificar as demarcações já homologadas" são flagrantes na ingerência sobre ações de competência do Poder Executivo, portanto, se reveste de inconstitucionalidade baseada no art. 2º e art. 60º, 3º da CF/88.

Garantias fundamentais indígenas e o agronegócio

As garantias fundamentais dos povos indígenas são amparadas pelos artigos 5º e 231 da CF/88 quando este último trata da questão fundiária em sua parte final: "(...) as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União, demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." Tem-se, portanto, a responsabilidade do Poder Executivo na manutenção e proteção fundiária dos povos tradicionais. Em sentido oposto, a PEC 215/2000 busca retirar do Poder Executivo essa prerrogativa e transferi-la ao Legislativo, deixando os povos tradicionais a mercê da democracia representativa que não os representa diante da correlação de forças existentes no Congresso Nacional, em especial, a Bancada do Agronegócio.

Todo esse aparato defende interesses próprios e do agronegócio. A alteração na forma de demarcação e homologação das terras indígenas, levando-a para o Congresso Nacional, reduzirá o acesso ao direito à terra de forma substancial frente o inquestionável interesse

CONT.



financeiro em jogo.

Não é demais salientar que, uma vez homologada, a terra tradicional passa a pertencer a União e fica impossibilitada de manejo não tradicional e de larga escala ou extensão, criando no Brasil várias fronteiras agrícolas e impedindo a expansão do agronegócio.

Não bastasse, além de inconstitucional do ponto de vista da harmonia entre os Poderes, a PEC 215/2000, também reduz à garantia fundamental (Direitos Humanos) de acesso à terra contida na segunda parte do art. 231 da CF/88: "(...) as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União, demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." O acesso a terra e manutenção de sua cultura tradicional é parte das garantias fundamentais dos povos indígenas instituída na Constituição pelo constituinte originário, portanto, sua redução e alteração não pode ser realizada por meio de Emenda a Constituição conforme preceitua o art. 60, inc 4º do texto constitucional.

As razões transcritas tornam o texto da PEC 215/2000 flagrantemente inconstitucional e tendencioso de forma a prejudicar as garantias fundamentais dos povos indígenas em privilégio do agronegócio representado por sua bancada no Congresso Nacional.

*É advogado, militante do PCdoB em São Carlos (SP)



Braga ganha jingle cantado em língua indígena

SÍTIO BRASIL 247, 03.08.2014

Candidato ao governo do Amazonas pelo PMDB, senador Eduardo Braga foi homenageado com um jingle produzido pela comunidade indígena do município de Amaturá; cantado na língua nativa Nheengatu e em ritmo de arrocha, os índios locais pedem votos para o candidato e para sua vice, a deputada Rebecca Garcia (PP)

Amazonas 247 – O candidato do PMDB ao governo do Amazonas, senador Eduardo Braga, foi homenageado com um jingle cantado na língua indígena Nheengatu.

O som foi apresentado durante visita do candidato ao município de Amaturá, a 907 quilômetros de Manaus, que tem uma grande população indígena.

O jingle foi produzido pelos indígenas locais, que, no ritmo de arrocha, pedem votos para o peemedebista e para sua vice, a deputada Rebecca Garcia.

É comum ouvir a língua materna dos índios andando pelas ruas da cidade.



Margens do Rio Paraguai no MS já foram berço de nações indígenas

SÍTIO G1, 03.07.2014

Atualmente resta apenas um pequeno grupo descendente dos índios guatós. Terceiro episódio da série também mostra como é feita a sinalização do rio.

José Hamilton Ribeiro e Eunice Ramos Do Globo Natureza, com informações do Globo Rural

O terceiro episódio da série sobre o Rio Paraguai mostra uma região conhecida como Pantanal profundo. O Globo Rural percorreu o Paraguai desde as nascentes até a divisa de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul, e agora vai até Corumbá.

Os repórteres Eunice Ramos e José Hamilton Ribeiro visitaram a comunidade dos índios guatós e acompanharam como é feita a sinalização do rio.

Quando o Rio Paraguai se aproxima da divisa de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul, as águas se espriam e formam uma grande baía.

Das nascentes até este trecho do rio, que faz fronteira entre o Brasil e a Bolívia, o Rio Paraguai é exclusivamente brasileiro. Um monumento sinaliza o início de um trecho onde de um lado é Brasil e do outro já é a Bolívia.

Nesta região isolada, cada país tem seu destacamento militar para vigiar a fronteira. O pelotão brasileiro ocupa uma área de 400 hectares na Ilha Ínsua e atua ao longo de cem quilômetros do Rio Paraguai, na vigilância do território.

A partir daí a morraria se torna mais saliente, formando a Serra do Amolar: uma linha poderosa de montanhas. A serra tem 80 quilômetros de extensão e a planície em volta fica alagada praticamente o ano todo. Apenas algumas centenas de habitantes vivem nesse Pantanal profundo.

A primeira notícia que o mundo teve sobre o Rio Paraguai veio através do livro de um autor chamado Cabeça de Vaca. O navegante espanhol subiu o Rio Paraguai até esse ponto conhecido como Pantanal profundo em 1534 e foi anotando nas duas margens do rio a presença de nações indígenas. Ele relacionou mais de 15 nações indígenas, vivendo ao longo do Rio Paraguai neste trecho. Todas as etnias que o Cabeça de Vaca anotou foram exterminadas.

Atualmente, neste trecho só se encontra na Ilha Ínsua um grupo renascido dos guatós. A Aldeia Guató tem um núcleo central com um porto, casa do cacique, igreja, escola, o postinho de saúde. Os guatós são conhecidos como os índios canoeiros. Hoje vivem no local cerca de 35 famílias.

CONT.



Zequinha é um 'guató de sangue'. "O guató é gente boa, são educados por natureza. Os puros que tinham aqui, que criou sozinho nesse matão, mas com tudo é uma delicadeza".

Os guatós puros, como o Zequinha falou, o Globo Rural conheceu há doze anos. Nossa reportagem mostrava a volta de um grupo de guatós para cá, na beira do Rio Paraguai. Alguns poucos, ainda falavam a língua, como Veridiano, antigo cacique, e duas irmãs velhinhas, que até recordavam antigas canções guatós. Hoje, os velhos já se foram e os novos têm dificuldade para falar o guató.

Severo Ferreira foi o líder que realizou essa proeza, doze anos atrás. Mestiço de mãe guató e pai branco, cacique Severo funcionou como um Moisés moderno para convencer seu povo a se reunir na Ilha Ínsua. Hoje ele avalia o que melhorou nesse tempo.

"Melhorou bastante coisa, nós temos a luz, nós temos a nossa escola, nós temos posto de saúde, temos água tratada também", comenta Severo Ferreira, cacique da tribo guató.

No entanto ainda faltam algumas coisas. "A gente precisa de um trator bom pra limpar a terra e de uma pessoa que instrísse a plantação para nós", diz Severo Ferreira, cacique da tribo guató. Zequinha tem outra reclamação. Ele diz que tem muita cobra no local, e que já foi picado seis vezes.

Na Serra do Amolar, descendo o rio, se vê mais casa de moradia e mais entrada de fazenda. Em uma delas mora Valdemar Magalhães, morador típico da região. Valdemar passa bem o ano todo sem companhia. Montou casa em Corumbá e lá ficam sua mulher e o filho e só se reúnem nas férias.

"Aqui é ruim porque não tem comunicação. Se eu tenho uma queda a cavalo ou acontece qualquer acidente aqui com uma pessoa, tem que ir lá no Porto Chanel. Daqui até lá vai levar uma hora", diz Valdemar Magalhães.

Ao longo do rio, é possível observar os marcos. Eles indicam o canal, o ponto mais favorável para navegar. A hidrovia do Rio Paraguai vai desde Cáceres, Mato Grosso, e vai até Nova Palmira, no Uruguai, e Buenos Aires, na Argentina, chegando ao Oceano Atlântico.

São 3.440 quilômetros. Desse total, 2.200 quilômetros de rio Paraguai. Serve a cinco países: Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. No Brasil, é a terceira maior hidrovia em volume transportado.

Desde 1955, a Marinha é responsável pela sinalização e atualização das cartas náuticas no trecho brasileiro. "Principalmente o navegante mais modesto, o ribeirinho, que depende principalmente do que ele vê, os sinais visíveis, essa sistemática de balizamento é muito importante", explica o capitão Rogério de Oliveira.

O monitoramento deve ser constante. Nos períodos de chuva, ocorrem alterações nas margens do rio e nos bancos de areia. A própria Marinha confecciona todo o material de sinalização do Rio Paraguai. São dezenas de placas e balizas que são substituídas ou acrescentadas, de

CONT.



acordo com a necessidade. Esse trabalho de sinalização da Marinha é fundamental para todo o tipo de navegação, desde canoas usada pelos ribeirinhos, até barcos com tecnologia e requinte para turismo e pesca esportiva.

Até mesmo o atendimento médico chega às comunidades mais distantes de barco. Fomos de helicóptero até a Barra de São Lourenço, no Pantanal, para conhecer esse serviço da Marinha. O barco hospital da Marinha foi totalmente adaptado e equipado para atender os ribeirinhos.

Para as famílias que vivem nesta região, deslocamento para buscar atendimento médico é difícil e caro por causa da distância. No barco, além dos exames, os ribeirinhos recebem remédio de graça, vacinas e orientações para melhorar a qualidade de vida.

"É longe demais, não tem como, uma dor no dente, uma febre, nós precisamos desse atendimento hospitalar aqui", afirma Leonora Ayres de Sousa, ribeirinha

"Tem paciente que a gente vê com 112 anos, sozinho numa casinha, na beira do rio, sem ter como ir pra cidade. Só da gente chegar lá, eles ficam contentes. A gente vê que eles precisam muito daquilo e isso emociona demais", declara Leonildo Peres Júnior, médico.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

Cultura indígena é valorizada com eventos

SÍTIO A CRÍTICA/MS, 03.08.2014

A Prefeitura Municipal de Campo Grande e a Secretaria Municipal de Educação por meio da Superintendência de Gestão de Políticas Educacionais (Sugepe) e Divisão de Educação e Diversidade promoveram o lançamento do projeto "EXÓNETI 2014", na sexta-feira (01), organizado pelo Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero (NURERG).

No sentido de assegurar a valorização e a manutenção da cultura indígena, a Semed desenvolve desde o ano de 2013 o Projeto Exóneti.



I Oficina de Qualificação da Gestão e o fortalecimento da Divisão de Atenção à Saúde Indígenas do DSEI/MA

SÍTIO REDE HUMANIZA SUS, 03.08.2014

Apesar dos avanços alcançados na implementação do Subsistema de Saúde Indígena, ainda enfrentamos problemas de ordem gerencial e assistencial que repercutem negativamente sobre a qualidade da atenção à saúde prestada aos Povos Indígenas na área de abrangência do DSEI Maranhão.

A complexidade dos processos de gestão próprios de um sistema de saúde e o processo de reorientação do modelo de atenção no DSEI Maranhão exigem dos gestores constante desenvolvimento não só de conhecimentos, mas também atualização em ferramentas de gestão, a fim de que possam responder às novas exigências conjunturais.

A partir da relação de Apoio entre o Apoiador SESAI e a Apoiadora PNH, pactuação com a gestão do DSEI, bem como, relações com o território-DSEI, surge a proposta/necessidade de elaboração e execução de um projeto que visasse a qualificação dos atores envolvidos com a Saúde Indígena (gestão e atenção) e, por conseguinte, o fortalecimento da Divisão de Atenção à Saúde (DIASI). Então, o projeto para Qualificação da Gestão e o fortalecimento da Divisão de Atenção à Saúde Indígenas do DSEI/MA tem como objetivo a qualificação dos responsáveis pela gestão da atenção no âmbito do Subsistema de Saúde Indígena do SUS (SasiSUS), tendo como pressuposto o conhecimento e a experiência adquiridos pelos profissionais que compõem o DSEI/MA.

Existem grandes desafios apresentados aos envolvidos na gestão da Atenção para que se obtenha um conjunto de ações e serviços de saúde universal e equânime. Desse modo, considera-se que a qualificação da gestão e o fortalecimento do DIASI contribuirão para aprimorar a qualidade da atenção à saúde.

Para tanto, aconteceu nos dias 23,24 e 25 de julho de 2014, concomitantemente ao II Congresso das Prefeituras e Secretarias Municipais de Saúde do Maranhão, em São Luís –MA, a I Oficina de Qualificação e Fortalecimento da DIASIS/DSEI – MA com a presença de vários Apoiadores para as Redes de Atenção no Maranhão: Alexsana Sposito e Cristiane – Mais Médicos, Benta Lopes- Rede Cegonha, Ana Lúcia – Saúde da Criança e do Adolescente, Valdenide Santos – SOS Emergência. Contamos também com a presença de Sílvia Amorim da Coordenação de Atenção Básica da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, Janini Ginani – DASI (Departamento de Atenção à Saúde Indígena) Lucivan Bernardo – Coordenação de Articulação da SI no DASI e Paulo Moraes- Consultor Matricial para Saúde Indígena da PNH.



Quilombolas terão posse de casa grande e antiga senzala na Bahia

SÍTIO MDA, 03.08.2014

Os descendentes do Quilombola Salamina Putumuju, na área rural de Maragogipe (BA), estão mais próximos da titulação de suas terras no Recôncavo baiano. As 40 famílias remanescentes da escravidão comemoraram a transferência de posse de uma área de 1,4 mil hectares de terra para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), neste sábado (2), na casa grande da propriedade, sob a antiga senzala local.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, o governador do estado da Bahia, Jaques Wagner, e o presidente do Incra, Carlos Guedes, entregaram a posse simbólica da Fazenda Salamina à liderança da comunidade.

Esta é a maior área entre os sete imóveis rurais que compõem o Território Quilombola Salamina Putumuju. "Simbolicamente, aqui o povo ocupa a casa grande. Essa é uma vitória que ilumina e mostra que aqueles que tanto perderam, começam a ganhar", destacou o ministro Miguel Rossetto.

A ministra Luiza Bairros, ressaltou que, ao entrar na fase final para a regularização fundiária do território, quilombolas irão iniciar outra etapa, a busca de melhores condições de vida e de dignidade. "A comunidade deve se manter unida para fazer chegar às políticas públicas de desenvolvimento. Desse modo, demonstrarão, ao país, que os territórios quilombolas são espaços produtivos e de progresso".

O governador Jaques Wagner ponderou que a conquista da terra para a comunidade dá ânimo para que se continue a ultrapassar novas etapas. "Com a segurança da posse da terra, surge o desafio de melhorar as condições de vida da comunidade", reitera.

Mesa Permanente

O presidente do Incra, Carlos Guedes, recebeu do oficial de justiça o documento com a imissão da posse da Fazenda Salamina e o passou simbolicamente para a liderança da comunidade, João Carlos Rocha. "Estamos orgulhosos, pois o Salamina Putumuju é fruto de um longo trabalho para cumprir o que determina a Constituição Federal. É a reforma agrária quilombola", afirmou.

Guedes destacou que aquele era um dia de renovação e compromisso com o trabalho e atribuiu a conquista ao esforço da comunidade e dos servidores do Instituto e à implantação da Mesa Permanente de Regularização Fundiária Quilombola, que se reúne desde o ano passado e foi oficializada por portaria no dia 24 de julho.

CONT.



A Mesa Permanente garante a participação da sociedade civil nas discussões sobre o processo de regularização de áreas quilombolas no acompanhamento, identificação e encaminhamento de soluções sobre a regularização dessas terras. A portaria também dialoga com a Política Nacional de Participação Social que assegura a participação da sociedade na construção de políticas e tomadas de decisões envolvendo a população.

Área Quilombola

A cerimônia de transferência de posse ocorreu na casa da antiga fazenda, onde no subsolo se encontram as ruínas do que foi uma senzala com duas pequenas e escuras câmaras usadas em seculares atos de tortura e privação aos escravos. A área está localizada numa ilha, banhada pelo Rio Paraguaçu, na Bacia do Iguape.

Ao todo, com a posse desta fazenda, o Incra totaliza a obtenção de 1,7 mil hectares de terra, ou seja, 84% da área determinada para a titulação comunitária dos remanescentes de quilombos. O restante das propriedades rurais inserido no território está em fase de notificação para serem avaliadas pelo Incra.

História da comunidade

Andar pelo local, é se deparar com a história do país. Encontram-se ruínas de engenho, de outra casa grande, de grandes tachos onde os escravos e remanescentes de quilombo preparam o azeite de dendê. Em torno da propriedade há guaritas e canhões instalados no período colonial para a defesa do local na época áurea de exploração da mão de obra escrava e do plantio de cana-de-açúcar.

O presidente da associação, João Carlos Rocha, mais conhecido como Judiá, rememora as três gerações de proprietários que passaram pelo Salamina Putumaju, numa história oral contada de pai para filho. Desde a escravidão de negros e indígenas para a exploração da cana-de-açúcar no Brasil, no século XVI, até após a abolição da escravatura, no século XIX, as famílias continuaram sendo exploradas, pois não tinham para onde ir. "Acabavam trocando o trabalho pela comida e dormida, o que durou muito tempo", relembra.

A partir dos anos 90, os proprietários da fazenda começaram a desmembrar o território e a vender partes dele, reduzindo a área onde vivem os remanescentes de quilombo. "Mas fomos fortes, lutamos, tivemos momentos de dúvidas devido à demora, mas conseguimos", comemorou Judiá com muita felicidade.

Outras comunidades

Além do Salamina Putumaju, há outras três comunidades quilombolas no município de Maragogipe com processo em andamento no Incra para a regularização fundiária dos territórios. A ação beneficiará 100 famílias de remanescentes de quilombos.

As áreas são a Buri, que está em fase de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), e as comunidades Enseada do Paraguaçu e Dendê, que já possuem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

processos abertos pelo Instituto.

Assessoria de Comunicação Social do Incra/BA



Tambores de quilombolas dão ritmo ao 'Sonora Brasil'

SÍTIO CORREIO POPULAR/CAMPINAS, 03.08.2014

Projeto nacional do Sesc busca a formação de públicos em música: shows gratuitos

Iniciativa do Departamento Nacional do Sesc, o projeto 'Sonora Brasil – Formação de Ouvintes Musicais' desenvolve programações identificadas com a história da música no Brasil. Em sua 16ª edição, o tema 'Tambores e Batuques' passa por Campinas nesta semana com quatro apresentações que se utilizam de instrumentos de percussão artesanais e celebram a tradição oral de comunidades quilombolas de regiões do interior do Brasil que tem como elemento musical comum o tambor. Todos os shows acontecem no teatro do Sesc Campinas, de terça (5) a sexta (8), às 20h, de graça. Os ingressos podem ser retirados na Central de Atendimento no dia de cada show. As informações são da assessoria de imprensa.

Os quatro grupos convidados levam para o palco instrumentos fabricados artesanalmente, de acordo com as tradições de suas comunidades, e apresentam cânticos que falam da vida, do trabalho e das crenças. 'Raízes do Bolão' (terça), do quilombo do Curiaú, no Amapá, traz o marabaixo e o batuque. Da região de Cametá, no Pará, 'Samba de Cacete da Vacaria' (quinta) apresenta o samba de cacete. O samba de roda aparece com o grupo 'Raízes do Samba de Tocos' (sexta), da cidade de Antônio Cardoso, na Bahia. E, do Rio Grande do Sul, vem o único dos quatro grupos que não tem origem numa comunidade quilombola, o Alabê Ôni (quarta), formado por músicos pesquisadores da cultura negra que recuperam a história do Tambor de Sopapo.

Para o gerente do Sesc Campinas, Evandro Marcus Ceneviva, "o projeto é uma oportunidade de aproximar a música brasileira do público, valorizando nossos artistas regionais e suas composições, possibilitando o contato com novas formas de apreciação musical". 'Tambores e Batuques' apresenta manifestações da tradição oral presentes em comunidades quilombolas, que têm o tambor como um elemento fundamental e, em alguns casos, sagrado.

Programação

Terça-feira (5) – 'Raízes do Bolão' (Amapá)

Quarta (6) – 'Alabê Ôni' (Rio Grande do Sul)

Quinta (7) – 'Samba de Cacete da Vacaria' (Pará)

Sexta (8) - 'Raízes do Samba de Tocos' (Bahia)

Serviço



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

Projeto 'Sonora Brasil'

De terça (5) a sexta-feira (8), sempre às 20h

No Teatro do sesc Campinas(Rua D. José I, 270/333 – Bonfim).

De graça (retirada de ingressos na Central de Atendimento no dia dos shows)



Povo Guarani: mais um passo rumo à conquista da terra, por Elaine Tavares
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.08.2014

Em Palavras Insurgentes

Nesse dia primeiro de agosto, data que as comunidades indígenas da franja andina comemoram o dia da Pachamama (a mãe terra), os Guarani, que vivem na região do Morro dos Cavalos, em Palhoça, Santa Catarina, deram mais um pequeno passo em direção a completa desintrusão de suas terras ancestrais já demarcadas. O superintendente regional da Funai, João Maurício, entregou as terras que ficam em frente a aldeia, na beira da BR-101, onde estavam instalados um restaurante e uma borracharia. O acordo com os ocupantes do terreno foi fechado e agora o espaço já é de uso do Guarani.

A documentação foi assinada na tarde desse dia sagrado e deixou os Guarani muito animados, porque o espaço possibilitará plantios de horta, mandioca, milho e manejos de árvores frutíferas, garantindo a produção de comida para as 32 famílias que hoje vivem na aldeia.

A recuperação da terra chega poucos dias de um importante encontro de lideranças Guarani que reuniu mais de 50 caciques dessa etnia na região do Morro dos Cavalos. Eles fazem parte da Comissão Nacional Yvyrupa que discute a situação de cada área no Brasil. É uma forte retomada da luta indígena, coordenada por eles mesmos, sem a intermediação de Ongs ou entidades. No encontro foram repassadas informações sobre as demarcações, os avanços e os obstáculos que ainda precisam ser superados.

A reunião de lideranças também é um momento importante para a consolidação da história Guarani que é passada oralmente para os mais novos, para a celebração das cerimônias e o fortalecimento dos laços, já que a etnia está espalhada por vários estados do país. Além disso, é um espaço de articulação política que ajuda as comunidades a tomarem conhecimento sobre seus direitos e sobre as estratégias de luta que ainda precisam ser implementadas. A garantia de território demarcado e liberado ainda está bem distante para muitos grupos. É preciso estar junto e alerta.

Na comunidade do Morro dos Cavalos que caminha firme sob o comando da cacique Eunice, o dia da Pachamama foi de alegria e comemoração.



Campanhas de prevenção e contra o trabalho escravo e pela regularização dos territórios pesqueiros ganham força durante a Romaria do Bom Jesus da Lapa, BA
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.08.2014

Sob o tema da Romaria da Lapa: "Bom Jesus, Rosto Humano de Deus e Rosto Divino do Homem!", membros da Comissão Pastoral da Terra/Bahia, representante do Conselho Indigenista Missionário e voluntários desenvolveram no período do novenário dedicado ao Bom Jesus (28 de julho a 06 de agosto), uma intensa campanha de divulgação, esclarecimento e coletas de assinaturas, sobre a prevenção ao combate do trabalho escravo. Com uma barraca montada na esplanada da Gruta do Bom Jesus foram distribuídos milhares de folders, contendo informações importantes sobre esta prática nefasta ainda existente no País. Foram também distribuídos cartilhas, panfletos e outros materiais contendo outras informações importantes e os telefones para denunciar a prática do trabalho escravo. Toda esta ação foi realizada no período de 30 de julho a 03 de agosto.

Na noite do dia 30/06, durante o novenário, que refletia o tema: "O Batismo de Jesus", o Bispo da Diocese de Floriano, no Piauí, Dom Valdemir Ferreira dos Santos. Chamava atenção de todos os presentes para esta situação degradante do tráfico humano e do trabalho escravo, e que todos os cristãos tinham a obrigação de denunciar esta prática. Lembrou que a Campanha da Fraternidade deste ano convoca a todos e todas a assumirmos esta luta, que fere a dignidade de todos os batizados. Ainda chamou a atenção para o período eleitoral que se aproxima, para que todos tem muito cuidado com o seu voto, que não se pode e nem deve se "vender nem comprar votos", pois o voto não tem preço, tem consequência.

Segundo os organizadores da atividade, a mesma faz parte dos gestos concretos da Campanha da Fraternidade 2014, e vem sendo desenvolvida pela Comissão Pastoral da Terra em todo o Brasil. De 1995 até o ano passado em um último levantamento feito, mais de 49 mil pessoas, foram libertadas, principalmente no campo, nas atividades de pecuária, desmatamento, grandes lavouras, carvoarias, todas geralmente ligadas ao agronegócio. Mas, atualmente a libertação de trabalhadores em obras de construção civil, frigoríficos, nas grandes redes de lojas tem aumentado significativamente.

A Bahia está em quarto lugar no ranking nacional, com mais de três mil trabalhadores libertados em situação análoga ao trabalho escravo. Existem casos de trabalho escravo, degradante e super exploração na fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, nas carvoarias, e nas grandes fazendas do Oeste, na lavoura do algodão, na colheita do café no sudoeste, nas madeireiras e empresas de camarão no extremo sul e no litoral. Todos estes casos confirmados pelas pessoas que iam sendo abordados pelos agentes na esplanada, citando casos de pessoas conhecidas ou situação que elas conheciam, mas não sabiam como denunciar. Agradeciam e parabenizavam pelo trabalho, tão importante para libertar estas pessoas. Outras desconheciam e achavam que a prática da escravidão, não existia mais, mas aos poucos percebiam que infelizmente ainda existe e bem próximas a elas.

CONT.



Trabalho escravo banner 2ão preocupante quanto à exploração do trabalho escravo é a tentativa da Bancada Ruralista no Congresso Nacional de alterar o conceito legal que define o crime de trabalho escravo no Brasil. Tudo isto em troca da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que determina o confisco de propriedade flagradas com exploração de trabalho escravo, os ruralistas querem de todo o jeito retirar da definição do trabalho escravo, estabelecidas no artigo 149, do Código Penal aprovado em 2003, elementos essenciais na caracterização contemporânea deste crime. O objetivo é claro: eliminar do texto legal o que se pratica na realidade, a violação brutal e criminosa da dignidade dos trabalhadores (as) e tornar inviável o confisco da propriedade.

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a relação de empregadores flagrados com trabalho escravo mantido pela Portaria Interministerial N.º 2/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Secretaria de Direitos Humanos – a chamada “lista suja” da escravidão. A Adin 5115. O cadastro oficial serve de base para as empresas signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que se comprometem a não travar relações comerciais com empregadores flagrados com escravos, e também para bancos públicos, que usam a tabela como referência para concessão de créditos.

A tentativa de anular a “lista suja” está sendo criticada por autoridades envolvidas no combate à escravidão e representantes de organizações, empresas e movimentos sociais. A CNA é presidida pela senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que é integrante da Frente Parlamentar de Agropecuária, a Bancada Ruralista, e tem interesse direto na questão. Seus dois irmãos, André Luiz Abreu e Luiz Alfredo de Feresin Abreu, tiveram seus nomes envolvidos em flagrantes de escravidão em 2012 e 2013, respectivamente.

Você também pode ajudar na prevenção e no combate ao trabalho escravo, conheça mais um pouco da campanha e faça a sua parte. Acesse [AQUI](#).

Território PesqueiroAproveitou-se o momento da Romaria para fortalecer a campanha pela regularização do Território Pesqueiro, que foi lançada em Brasília/DF, em Junho/2012 e busca a assinatura 1% do eleitorado brasileiro (equivalentes a 1.406.466 assinaturas), para uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras.

Defender o direito de pescadores e pescadoras artesanais é garantir na mesa da população brasileira o peixe natural e saudável, ameaçado de extinção devido ao processo de privatização das águas e dos territórios pesqueiros.

Contamos com o apoio para este mutirão pelas comunidades pesqueiras: pela biodiversidade, cultura e soberania alimentar do povo brasileiro! Acesse o [AQUI](#) e ajude a coletar assinaturas e a divulgar a Campanha.

Vale ressaltar que o objetivo da Romaria da Lapa 2014, é levar os peregrinos, romeiros (as) a refletirem, rezarem e resgatarem à imagem da pessoa humana, tão desfigurada, maltratada e vulnerável, em nossos dias, pelo tráfico de pessoas e órgãos humanos, pela violência e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

desrespeito à dignidade, pelas estruturas de escravidão e trabalhos forçados, conforme apontou à Campanha da Fraternidade, desse ano.

Quem dera se ouvisse o grito de Deus, perguntando a todos nós: "Onde está o teu irmão?" (Gn 4,9). Onde está teu irmão escravo? Onde está teu irmão pescador? Onde está o teu irmão que está morrendo cada dia na pequena fábrica clandestina, na rede da prostituição, nas crianças usadas para a mendicância, naquela que tem de trabalhar às escondidas porque não foi regularizado? Não nos façamos de distraídos! Há muita cumplicidade... A pergunta é para todos... (Evangelii Gaudium, p.172).

Haroldo Heleno

03 de agosto de 2014.



BA – Manifesto do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.08.2014

Neste dia tão importante e histórico para todas as comunidades remanescentes de quilombo da Bahia manifestamos nossa alegria com os avanços nos processos de emissão de posse das terras tradicionalmente ocupadas pela comunidade quilombola Salaminas – Putumuju e ao mesmo tempo registramos nossa profunda indignação com o descaso de governos e do Estado brasileiro em dar celeridade a efetivação dos direitos das comunidades quilombolas conforme determina nossa constituição.

Sentimos na pele e na alma a força, quase intransponível da burocracia, a morosidade e a ausência de estruturas mínimas para viabilizar os procedimentos para identificação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas. Bem sabemos que essas barreiras, associadas ao racismo institucional presente nos órgãos públicos favorece a manutenção da exclusão social das nossas comunidades e revela que estamos longe de um Estado capaz de promover a efetivação dos nossos direitos e assegurar a devida reparação pelos séculos de escravidão e violência que passaram nosso povo.

Por outro lado, neste nobre momento, não poderíamos deixar de denunciar a existência de uma cultura política governamental eficiente (para as elites econômicas do país) que continua favorecendo interesses de empreiteiras e grandes proprietários de terra em detrimento do jeito de ser e viver das comunidades. Ou seja, continuamos vítimas de ações governamentais que oferece migalhas para nosso povo e ao mesmo tempo cria leis, decretos, portarias, incentivos fiscais, condições políticas e financeiras para que os capitalistas possam impor seus projetos econômicos sob nossos territórios tradicionais.

Nos últimos anos acompanhamos a convivência de setores dos governos municipais, estaduais e federais junto às empreiteiras ODEBRECHT e OAS dentre outros grupos empresariais comprometidos com um modelo econômico desenvolvimentista nocivo ao meio ambiente e a reprodução física e cultural das comunidades pesqueiras e quilombolas. Esta vergonhosa aliança política tem trazido graves consequências para as comunidades a exemplo da intensificação da especulação imobiliária; o aumento da prostituição infanto-juvenil e do tráfico de drogas; degradação ambiental (instalação de estaleiro naval; alteração na poligonal da RESEX do Iguape, exploração mineral – pedreiras; dragagem; monocultivos de eucalipto; desmatamento de manguezais e da mata atlântica), bem como a violação dos direitos humanos, especialmente da juventude.

Estamos alegres com a conquista da emissão de posse de aproximadamente 80% das terras do território salaminas, mas não estamos satisfeitos com ritmo da política de regularização fundiária das comunidades quilombolas. Reafirmamos nosso compromisso com efetivação dos direitos das demais comunidades quilombolas do recôncavo e lutaremos para superar o racismo institucional existente em honra a todos aqueles e aquelas que deram suas vidas em defesa dos nossos territórios e da nossa verdadeira liberdade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

Com a força dos nossos ancestrais avançaremos!
Viva Zumbi, Altino e Maria do Paraguaçu!
Maragogipe – Bahia, 02 de Agosto de 2014



Líder indígena pede apoio da população para seu povo

SÍTIO REGIÃO NEWS, 04.08.2014

"Peço a vocês que protejam o povo Yanomami. Os fazendeiros têm muito dinheiro para matar o índio", disse Kopenawa

A última mesa da Feira Literária Internacional de Paraty (Flip), que terminou ontem domingo (3), foi marcada por um apelo do líder yanomami Davi Kopenawa ao público para que dê apoio a seu povo.

"Peço a vocês que protejam o povo Yanomami. Os fazendeiros têm muito dinheiro para matar o índio", disse Kopenawa, um dos convidados da 12ª Flip. Kopenawa acusou o governo de Roraima de ser conivente com "os que ameaçam os líderes que lutam pelos direitos dos índios no país".

O indígena, que foi recentemente ameaçado de morte, citou o ambientalista Chico Mendes, assassinado em 1988, como exemplo da impunidade dos autores desse tipo de crime, que ocorre na região há décadas. "O meu amigo já morreu. Os fazendeiros já mataram ele", lamentou.

Ainda de acordo com Kapeawa, os garimpeiros que o ameaçaram continuam fazendo garimpo ilegal em terras indígenas e destruindo a natureza. "A Floresta Amazônica nos protege e é fundamental para que todos possamos viver em paz. Sem índio, nosso mundo não vai funcionar bem. Por isso, estou aqui para entrar no pensamento de vocês", enfatizou o índio, que foi aplaudido de pé pela plateia e pelos autores presentes na mesa de encerramento, dedicada a livros de cabeceira de alguns dos escritores convidados do evento.



Izabella Teixeira anuncia via Estadão Portaria com novas regras sobre “licenciamento ambiental”

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.08.2014

Governo quer reduzir o poder da Funai, do Iphan e da Fundação Palmares para dar maior agilidade à emissão de licenças ambientais

Por André Borges, em O Estado de S.Paulo

O governo vai alterar as regras do licenciamento ambiental. O objetivo das medidas que devem ser implementadas é garantir mais agilidade e transparência ao rito de emissão de licenças, processo constantemente criticado pelas empresas que dependem dessas autorizações para execução de obras.

Os detalhes dessas mudanças, segundo apurou o Estado, estão em fase final de entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com aval da Casa Civil.

Na prática, a intenção do governo é reduzir o poder de atuação de outros órgãos que participam dos processos de licenciamento ambiental: a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Cultura e que é voltada para as comunidades afro-brasileiras. Uma portaria com as novas regras deverá ser publicada nos próximos dias. Nela, o governo vai definir mais claramente quando e como esses órgãos serão consultados, e quais serão os critérios de consulta a cada um. Simplificação

A medida foi confirmada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. “Ainda estamos fechando isso, mas o que queremos é deixar mais claras essas regras. O processo de tomada de decisão será aperfeiçoado”, disse a ministra, sem dar mais detalhes das mudanças.

A demanda gerada por projetos de infraestrutura em todo o País transformou o licenciamento ambiental no principal argumento usado pelo setor privado para justificar os atrasos em obras. Em alguns casos, esses atrasos podem levar anos, num momento em que a infraestrutura deficiente é cada vez mais apontada como um dos principais entraves ao crescimento do País.

Os empresários também acusam o governo de incluir no licenciamento obrigações sociais que deveriam ser atendidas pelo poder público, e não pelas empresas.

Izabella Teixeira admite a “socialização” do processo, mas afirma que a tendência é de que essa relação diminua. “O licenciamento não é a ‘Geni’ das obras públicas, mas também não pode ser a cereja do bolo. Ele é apenas um instrumento de caráter preventivo e é dessa forma que deve ser tratado”, afirma.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

As mudanças estudadas pelo Ministério do Meio Ambiente, diz a ministra, pretendem evitar situações como a verificada no processo de licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte, em construção no Rio Xingu, no Pará.

“Eu não consigo entender como um estudo de impacto ambiental pode ter 35 mil páginas, como acontece no caso de Belo Monte. Não dá para ser assim, tem algo errado nisso, e que precisa mudar”, disse Izabella.

Pelas regras atuais, cabe ao Ibama o papel de definir se um empreendimento é ambientalmente viável ou não. Órgãos como a Funai, o Iphan e a Fundação Palmares podem até ser contrários a um determinado licenciamento e pedir que a licença seja negada, mas a decisão final cabe ao instituto.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

Começa hoje evento de estudantes indígenas na Capital

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.08.2014

Correio do Estado – Tem início hoje (4), o II Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (Enei), que será realizado no Anfiteatro Padre José Scampinni, do bloco C, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e segue até o dia 7.

A programação para hoje começa às 15h com o credenciamento. A partir das 19h a abertura contará com a presença do reitor da UCDB, Padre José Marinoni, da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Boulitreau Assirat, da secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade de Inclusão (Secadi/MEC), Macaé Maria Evaristo, e da representante da Comissão Organizadora, Simone Eloy Terena.

Às 21h terá início a primeira mesa-redonda com o tema “Políticas Públicas para Educação Superior Indígena: Avanços e Desafios”, que será coordenada por Teodora de Souza Guarani e será composta por Thiago Tobias, Fabiana de Souza Costa (Sesu), Umberto Euzébio (UnB), Rita Gomes do Nascimento Potiguara (Secadi/MEC).

Na terça-feira, o evento prossegue no Eco Hotel do Lago também com apresentação, com quatro mesas-redondas e, ao final, às 20h30min, será mostrado um vídeo da situação atual dos povos indígenas de MS. O encerramento do evento será no Poliesportivo Dom Bosco.

Mais informações podem ser obtidas pelo site www.enei2014.com ou pelos telefones (67) 3312-3300 / 3312-3800.



Governo concede reajuste salarial para Francisco Pianko, acusado de abusar sexualmente de crianças indígenas
SÍTIO VEJA POLÍTICA, 04.08.2014

Márcio Bittar criticou atitude do Governo

pianko04-08-2014O Diário Oficial do Estado dessa segunda-feira (04) traz a publicação da nomeação do ex-secretário dos Povos Indígenas, Francisco Pianko, para o cargo de diretor-executivo da Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan), com salário de R\$ 13 mil. Pianko foi acusado de abusar sexualmente de crianças indígenas em aldeias do Estado.

Pianko havia sido nomeado em junho para a Seplan, com salário de R\$ 6.720. Agora, vai ter o salário dobrado por assumir um cargo de direção na Secretaria.

Em 2009, Francisco teve o seu nome envolvido em denúncias de abuso sexual de crianças indígenas. Uma CPI foi instaurada na Assembleia Legislativa do Acre (Aleac) para apurar as denúncias, mas o caso não foi concluído.

O deputado federal e candidato ao Governo, Márcio Bittar, criticou o governador Tião Viana, na manhã de hoje, pelo aumento salarial concedido à Pianko. "Quem concede mimos a acusados de crimes não pode propor desafios sobre ética", disse.

Márcio Bittar apresentou na Câmara o Projeto de Lei nº 1571/11 que estende as regras da Lei Ficha Limpa para o serviço público.



Grupo de 300 índios tupinambás ocupa três fazendas em Olivença

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 04.08.2014

Um grupo de cerca de 300 índios Tupinambás ocuparam três propriedades rurais em Olivença, no extremo sul da Bahia. Por conta de um mandado de reintegração de posse em favor dos fazendeiros, eles já haviam deixado a área em março deste ano, de acordo com informações do cacique Sinval Tupinambá.

A tribo decidiu voltar às fazendas após descobrirem que as reintegrações foram suspensas pela Justiça. Equipes da Polícia Militar e da Força Nacional – cuja permanência na região foi prorrogada por 90 dias pelo Ministério da Justiça – estão no local e a Polícia Federal informou que apura o caso. Uma das propriedades, que margeia a BA-001, tem 20 quilômetros de extensão e já foi ocupada pelos indígenas no ano passado. Em outra, segundo a cacique Maria Jesuína, residiam 162 famílias tupinambás, mediante pagamento de aluguel ao dono das terras. Com informações do portal G1 Bahia.



Munduruku é campeã do 21º Festibal em Juruti

SÍTIO RÁDIO RURAL DE SANTARÉM, 04.08.2014

A tribo Munduruku venceu a 21ª edição do Festibal, em Juruti, no oeste paraense. O resultado foi divulgado no final da tarde do último domingo (3), no Tribódromo. As tribos Munduruku e Muirapinima se apresentaram na noite de sábado (2) para um público estimado em mais de 25 mil pessoas. A Munduruku levou para o Tribódromo o tema "Da iniciação Xavante ao mito Mushabo".

O enredo da apresentação se resume numa viagem pelos maiores rituais indígenas existentes no Brasil. Os 16 itens da agremiação foram aplaudidos pelo público de pé durante toda a apresentação. A torcida coloriu o Tribódromo de vermelho e amarelo e cantou as canções que levaram a tribo a conquistar seu 13º título. "Um trabalho de meses que foi reconhecido. Estamos muito felizes com mais esse título e vamos comemorar com a torcida em nossa aldeia", disse Edom Batista, presidente da Associação Folclórica Munduruku.

Batista conta que as alegorias e coreografias foram feitas por artistas do próprio município, com a ajuda de alguns artistas de Parintins. "É uma parceria que temos com eles. Uma troca de experiência. Mas nossos artistas são todos de Juruti e o trabalho mostrou que deu certo", emendou o presidente.

A direção da Muirapinima acompanhou a divulgação das notas dos jurados e acreditou na vitória todo tempo, mas não conseguiu superar a tribo adversária. A tribo defendeu o tema "Cosmogoni" e foi a primeira a se apresentar. O tema refere-se à visão de criação do mundo que cada etnia indígena tem no Brasil. "Infelizmente não foi dessa vez, mas vamos trabalhar para conquistar o próximo Festibal", lamentou Gilvan Gomes, presidente da Muirapinima.

O Festibal iniciou na quinta-feira (31) com a festa dos visitantes e encerrou neste domingo (3) com a apresentação principal das tribos. Cada tribo teve 2h30min para se apresentar e desenvolver seus temas. O julgamento foi feito por um corpo de jurados oriundos de vários estados do país, visando a imparcialidade do julgamento dos 16 itens.

O Festibal desponta como uma das maiores manifestações culturais do oeste paraense. Todos os anos a Companhia Paraense de Turismo (Paratur) concede apoio promocional e de divulgação ao festival, que também faz parte da Incubadora de Eventos da Secretaria de Estado de Turismo (Setur). A construção das aldeias das tribos recebeu investimento do Governo do Estado. Apenas na construção da Aldeia Muirapinima foram investidos mais de R\$ 300 mil. Nas aldeias, as tribos realizam seus ensaios e confeccionam e guardam suas alegorias.

Após a divulgação do resultado, centenas de simpatizantes, brincantes e torcedores da Munduruku saíram pelas ruas de Juruti em carreata e ostentando uma bandeira de mais de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 134 / 2014

Brasília, 04 de agosto de 2014.

cem metros nas cores da tribo, amarelo e vermelho. "Sou torcedora e estou muito feliz por mais esse título da Munduruku. Agora é só alegria e comemorar bastante", disse a turista Daniela Caroline, 34 anos, que veio de Manaus para prestigiar o Festribal.

(Agência Pará)



O livro didático que aborda questões históricas de um Brasil quilombola

SÍTIO UOL, 04.08.2014

Não há um adepto do movimento hip hop que não tenha escutado falar do Mc Gaspar, músico do grupo Z'África Brasil, que há mais de 15 anos vem fortalecendo a cultura de rua, a cultura dos povos tradicionais e utilizando o Rap com instrumento de luta.

O Mc da zona sul de São Paulo, acaba de lançar mais um instrumento para fortalecer a luta contra o preconceito racial: o livro *O Brasil é um Quilombo*. Na obra, que mostra o Brasil com os olhos dos povos que originalmente se misturaram e deram rosto ao brasileiro, Gaspar enaltece tais origens num estilo só seu, cheio de vida e de referências históricas.

Joseh Silva é jornalista e blogueiro. Desenvolve o Observatório Popular de Direitos, uma plataforma virtual que tem como proposta monitorar e cobrar políticas públicas voltadas para a periferia da cidade de São Paulo. Pode ser encontrado semanalmente na revista Carta Capital.

Esta obra dialoga diretamente com a lei federal 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, que tem como objetivo garantir o estudo da "África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil". Tudo isso deve ser lecionado no âmbito escolar, em especial em algumas disciplinas, como: Educação Artística, literatura e histórias brasileiras.

Apesar de 11 anos de implementação da lei, pouco se fala sobre o tema nas escolas. Algo que inviabiliza o aprofundamento no assunto é a falta de material didático, uma vez que os livros de história, em sua maioria, só contam os fatos a partir do olhar do colonizador. Por exemplo: em pleno século XIX, continuar afirmando que o Brasil foi descoberto e não invadido (termo correto) é não lidar com todo um contexto histórico, cultural e desrespeitar os povos indígenas.

quilombo

O livro *O Brasil é um Quilombo* oferece aos professores e alunos textos, reflexões, rimas e poesias com ilustrações feitas por Alexandre de Maio, Alexandre Romão e Rodrigo Bueno.

As imagens representam bem um país que não é retratado ou reconhecido pelo seu próprio povo: favela, periferia; personagens como Lampião e Zumbi dos Palmares; homens e mulheres importantes para a história do Brasil e do mundo.

Buscando respeitar a tradição das palavras, Gaspar preservou os dialetos e presenteou o leitor com um vocabulário com conceitos e significados específicos dessas culturas.